

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MATO GROSSO DO SUL

CURSO DE PSICOLOGIA

ARIELLE DA SILVA MACHADO

**Entre o afeto e a necessidade: Irmãos que criam irmãos na formação do sujeito
sob a ótica psicanalítica**

**CORUMBÁ
2025**

ARIELLE DA SILVA MACHADO

**Entre o afeto e a necessidade: Irmãos que criam irmãos na formação do sujeito
sob a ótica psicanalítica**

Trabalho de Conclusão de Curso do curso de
Psicologia – CPAN da Universidade Federal de
Mato Grosso do Sul, sob orientação da Prof. Dra.
Carolini Cassia Cunha Bezerra

CORUMBÁ
2025

“Even if I fall and get hurt, I keep running toward my dream.”
 (“Mesmo que eu caia e me machuque, continuo correndo em direção ao meu sonho.”)
 — BTS, “Life Goes On”

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por ter me concedido força, coragem e sabedoria ao longo desta caminhada.

Agradeço imensamente à minha família, aos meus pais Izaias e Neide pelo amor incondicional, pelo apoio constante e por acreditarem em mim mesmo quando eu duvidei da minha própria capacidade. Cada palavra de incentivo, cada gesto de carinho e cada demonstração de confiança foram fundamentais.

A minha irmã Izabelle que sempre esteve ao meu lado em todos os momentos, sua presença constante e disposição me ajudaram e foram fundamentais para que eu conseguisse estar aqui hoje.

Ao meu tio Waldomiro Centurião que sempre me apoiou, deixo minha sincera gratidão pelo incentivo e por acreditar no meu potencial desde o início. Seu apoio aos meus estudos foi essencial, não apenas de forma prática.

Aos meus amigos e primas agradeço pela parceria, pelas risadas, pelos conselhos e pela paciência durante toda essa caminhada, foram vocês que tornaram os dias mais leves e mostraram que, mesmo nas maiores pressões, a amizade verdadeira é um refúgio seguro.

Gostaria de expressar minha profunda gratidão a todos os meus tios (as) e padrinho e madrinha, que sempre estiveram presentes em minha vida, oferecendo carinho, apoio e orientação. Cada um de vocês tem um lugar especial no meu coração, e sou imensamente grato por tudo o que fizeram por mim ao longo dos anos.

Não poderia esquecer de agradecer à minha tia Airna e à minha prima Liss que moram tão longe. Mesmo morando em outro país, vocês sempre demonstraram um carinho imenso por mim. Tia, seus conselhos, seu apoio e seu incentivo foram fundamentais para o meu crescimento. Sei que, mesmo com a distância, você sempre se importou e sempre esteve pronta para me ouvir, me orientar e me motivar, e isso é algo que eu nunca vou esquecer.

Durante esses anos de faculdade, vivi momentos que levarei comigo para sempre. Foram noites sem dormir, desafios que pareciam impossíveis e conquistas que mostraram que cada esforço valeu a pena. Conheci pessoas incríveis Millena e Gabi e Jessy que se tornaram mais que colegas, se tornaram amigas para a vida toda, companheiras de jornada, de desabafos e de conquistas.

Não posso deixar de agradecer também à minha terapeuta, que me acompanhou nos momentos de reflexão e dificuldade, ajudando-me a compreender a mim mesma.

E não esquecer à música, que sempre esteve presente, me ajudando a manter os pés no chão, me acalmando nas horas de tensão e me acompanhando ao longo de toda a faculdade. Ela foi um refúgio e um lembrete constante de que, mesmo em meio ao esforço, é possível encontrar conforto e leveza.

E por fim, meu agradecimento especial vai para minha orientadora Prof. Dra. Carolini Cassia Cunha Bezerra, que aceitou embarcar comigo nesse trabalho e que, com paciência, dedicação e sabedoria, guiou-me nesse processo. Sua orientação foi essencial para que este trabalho se tornasse realidade.

Encerro este ciclo com o coração cheio de gratidão. A todos que, de alguma forma, fizeram parte dessa caminhada: muito obrigado.

RESUMO

Este trabalho tem por intuito analisar impactos subjetivos na formação do sujeito quando irmãos adolescentes assumem funções dos pais, utilizaremos, para tanto, a psicanálise. A partir da psicanálise, investiga-se como essa inversão de papéis afeta o desenvolvimento emocional e identitário dos adolescentes. O estudo mostra-se pertinente por evidenciar situações em que o cuidado pode interferir no processo de subjetivação, ao problematizar, sob a ótica psicanalítica, o cuidado e responsabilidade entre irmãos. A pesquisa é teórica, a partir de autores como Sigmund Freud (1856-1939), Jacques Lacan (1901-1981) e Donald Woods Winnicott (1896-1971), e autores da psicanálise contemporâneos. Os resultados apontam que a responsabilização precoce implica no processo de subjetivação, podendo gerar sobrecarga emocional, apagamento da adolescência e conflitos de identidade. Conclui-se que é necessário reconhecer a singularidade dessas vivências e promover estratégias de escuta e cuidado, evidenciando a necessidade de políticas públicas de apoio e proteção.

Palavras-chave: Adolescência; Subjetividade; Psicanálise; Parentalidade; Família.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	08
1. O QUE É ADOLESCÊNCIA? UMA LEITURA PSICANALÍTICA.....	11
2. REFLEXÕES DA PSICANÁLISE SOBRE A PARENTALIDADE.....	13
3. CUIDAR DE OUTRO: A DINÂMICA DA SUBJETIVIDADE.....	15
4. O IMPACTO SUBJETIVO DO IRMÃO ADOLESCENTE COMO CUIDADOR.....	19
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	23
REFERÊNCIA.....	25

Introdução

O presente trabalho tem por intuito analisar impactos subjetivos na formação do sujeito quando irmãos adolescentes assumem funções dos pais, utilizaremos, para tanto, a psicanálise.

Segundo Rocha (2022) as transformações nas estruturas familiares ao longo das últimas décadas têm revelado novas formas de organização e de laços afetivos, muitas vezes marcadas por deslocamentos de funções parentais para outros membros da família. Um fenômeno cada vez mais comum, mas ainda pouco discutido de forma aprofundada no que diz respeito aos irmãos que assumem o papel de cuidadores de seus irmãos mais novos, seja por necessidade, ausência dos pais ou por imposições socioeconômicas.

Este cenário nos convoca a refletir sobre os efeitos subjetivos dessa vivência, especialmente quando se trata de crianças e adolescentes que em pleno desenvolvimento psíquico, passam a ocupar posições de responsabilidade que não lhes caberiam. Como resultado, seu desenvolvimento pode ser impactado, já que tais exigências provocam uma ruptura no processo de formação da identidade. Ao impor a esses jovens uma carga de responsabilidade que não corresponde às suas condições físicas, psicológicas nem ao seu nível de maturação emocional, cria-se um cenário de sobrecarga que pode gerar ansiedade, insegurança, estresse, dificuldades escolares e até comprometimentos na construção da personalidade (Dellazzana e Freitas, 2010).

O cuidado com irmãos não é a única possibilidade de vivência da parentalidade na adolescência, presente também na maternidade na adolescência. Esta maternidade produz alterações corporais e psíquicas em um momento particular do desenvolvimento físico e subjetivo (Freire, 2012). Resta *et. al* (2010) discorre que a gravidez na adolescência é diferente para cada adolescente que se descobre grávida, inclusive pelo cuidado já exercido em relação aos irmãos, realizado por algumas destas jovens. No entanto, não é deste fenômeno que o presente trabalho se debruça.

O tema central deste trabalho é a vivência de irmãos adolescentes que “criam” irmãos mais novos, ou seja, que assumem funções parentais em razão da ausência ou insuficiência da presença dos pais, e quais os efeitos dessa experiência na constituição do sujeito adolescente. Busca-se compreender essa realidade a partir da ótica psicanalítica, que permite adentrar na construção da subjetividade e investigar os efeitos simbólicos e inconscientes dessa inversão de papéis familiares. A sobreposição de papéis pode, portanto, interferir nesse processo,

gerando conflitos de identidade, sobrecarga emocional e dificuldades nas relações interpessoais futuras.

Sob a perspectiva da psicanálise esse deslocamento de papéis pode implicar em consequências relevantes para a constituição do sujeito adolescente, pois interfere na dinâmica das identificações primárias e secundárias, no modo como o indivíduo se inscreve no desejo do Outro, e nos processos inconscientes de subjetivação. Freud (1856-1939;1914/1996), ao falar sobre as formações narcísicas e o ego ideal, já indicava a importância das primeiras relações afetivas na constituição do psiquismo. A experiência de assumir um papel parental pode representar para esses irmãos adolescentes, um curto-circuito em seu processo de constituição subjetiva.

Iaconelli (2023) em *Manifesto antimaterno* destaca a desigualdade de gênero na distribuição do cuidado. A autora em seu livro aponta que meninas são mais frequentemente convocadas ao exercício do cuidado, enquanto meninos são, em geral, poupadados dessa responsabilidade. Essa diferença está relacionada à reprodução de papéis sociais historicamente atribuídos às mulheres.

Segundo ainda a autora, a parentalidade é influenciada por construções sociais de gênero que definem expectativas e responsabilidades dentro das famílias. Com as transformações sociais e a ampliação da igualdade de gênero, esses papéis têm sido questionados. Nesse contexto, surgem diversas configurações familiares, como famílias monoparentais, homoparentais, cuidadores trans, não binários e avós — que ampliam a compreensão do que significa exercer a função parental. Contudo, persistem estigmas que mostram como o cuidado ainda é culturalmente associado ao feminino.

O interesse pelo tema surgiu a partir de observações realizadas durante a condução de um grupo de adolescentes, com idades entre 13 e 17 anos, desenvolvido no ano de 2024 no Serviço Escola de Psicologia do Campus do Pantanal da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Durante os encontros grupais, tornou-se recorrente a manifestação de sofrimento psíquico associado a dinâmicas familiares em que irmãos adolescentes assumiram funções parentais, especialmente em contextos marcados por vulnerabilidade social e ausência dos responsáveis legais. Tais vivências despertaram inquietações éticas e clínicas que motivaram a investigação proposta neste trabalho.

A pesquisa teórica, metodologia utilizada para o presente trabalho, conforme Severino (2007), “se desenvolve a partir de material bibliográfico já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos” (p. 122), e tem como finalidade a análise crítica de conceitos, teorias e produções científicas já existentes sobre determinado fenômeno.

Segundo Gil (2019), esse tipo de pesquisa é especialmente útil quando se deseja aprofundar a compreensão de um tema a partir de uma abordagem reflexiva, sem a necessidade de levantamento empírico de dados.

Foi realizada leitura conceitual, que permite interpretar as implicações dessa dinâmica sob o ponto de vista da constituição psíquica e dos vínculos familiares, considerando também os atravessamentos sociais que marcam tais experiências.

Assim, ao invés da coleta direta de dados, o estudo fundamenta-se na interpretação crítica da literatura especializada, selecionada com base em critérios de relevância teórica, atualidade e pertinência ao objeto de estudo. A escolha por uma abordagem teórica visa, portanto, compreender sentidos e significados atribuídos a essa prática de cuidado fraterno, e contribuir com a reflexão sobre o lugar da psicologia diante dessas configurações familiares contemporâneas.

A delimitação do presente estudo se dá no campo da psicanálise, considerando recortes teóricos e conceituais das obras de Sigmund Freud (1856-1939), Jacques Lacan (1901-1981), Donald Woods Winnicott (1896-1971) e autores contemporâneos que discutem a constituição psíquica na infância e adolescência.

A constituição da subjetividade em Lacan e Winnicott, conforme destacado por Vieira (2010), parte da centralidade do Outro, mas cada autor comprehende esse processo de modo distinto, apesar de ambos reconhecerem a importância do Outro, a natureza desse Outro é muito diferente. Em Lacan, trata-se do Outro simbólico, estruturante que antecede o sujeito e lhe fornece a matriz do desejo. Em Winnicott, o outro é concreto e real — é o cuidador que, pela presença, possibilita a constituição do sujeito. Essa diferença produz duas formas distintas de compreensão: para Lacan, ele decorre de impasses na relação com o significante e na estruturação simbólica; para Winnicott, deriva de falhas ambientais que impedem o desenvolvimento do self.

Ao comparar esses autores, a autora ainda mostra que Lacan concebe um sujeito constituído por sua inserção na linguagem, enquanto Winnicott entende o sujeito como resultado de um processo sustentado pelo ambiente. Ambos, porém, convergem ao afirmar que a subjetividade é essencialmente relacional: nasce do encontro com o Outro, seja ele simbólico, seja ele cuidador, ainda que cada um descreve esse encontro por vias teóricas diferentes, mas que mantém a mesma perspectiva psicanalítica.

A escolha da abordagem psicanalítica se justifica pelo olhar para a dimensão inconsciente das experiências humanas, especialmente aquelas que se inscrevem na infância, por impacto na subjetividade deixando marcas duradouras no sujeito. O trabalho pretende

articular o plano subjetivo e o plano social, entendendo que os sintomas e modos de relação que emergem nesses sujeitos não podem ser compreendidos apenas por uma lógica causal externa (Kaës, 2005; Fédida, 2001; Freud, 1917/1996).

A recorrência da situação, tanto em contextos clínicos como em experiências pessoais e de estágio, nas quais irmãos adolescentes são responsáveis por alimentar, proteger, orientar e até educar os mais novos, enquanto os pais estão ausentes física ou simbolicamente, aponta para a importância do tema. Essa realidade despertou o desejo de compreender as implicações psíquicas desse processo, especialmente na constituição do sujeito cuidador.

A relevância científica deste estudo reside em contribuir para a ampliação do debate sobre as configurações familiares contemporâneas, a responsabilização precoce e seus efeitos psíquicos.

Dessa forma, a questão central que orienta este estudo é: quais os efeitos psíquicos da vivência de assumir funções parentais na adolescência.

1. O QUE É ADOLESCÊNCIA? UMA LEITURA PSICANALÍTICA

Freud (1905), em *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade*, não aborda diretamente a adolescência, seu foco recai sobretudo sobre a puberdade, que ele descreve como um período de reorganização da sexualidade infantil. Para Freud, é na puberdade que as transformações corporais e hormonais intensificam a libido e direcionam o desejo para um objeto externo, instaurando a primazia da genitalidade e marcando a entrada do sujeito na maturidade sexual. No entanto, puberdade e adolescência não são termos equivalentes. Enquanto a puberdade diz respeito essencialmente às mudanças biológicas e sexuais, a adolescência envolve um conjunto mais amplo de transformações físicas, psíquicas e sociais. Na psicanálise, ela é compreendida como um momento de crise e de profunda reorganização subjetiva. Mais do que uma simples passagem entre a infância e a vida adulta, a adolescência constitui uma etapa estruturante, na qual o jovem enfrenta desafios ligados à reconstrução da identidade, à redefinição das relações parentais e à inserção nos campos social, amoroso e simbólico. Nesse sentido, Calligaris (2000) destaca que a adolescência corresponde a um processo de construção da identidade, no qual o jovem se afasta simbolicamente das expectativas parentais para descobrir e afirmar seus próprios desejos. As mudanças, experimentações e conflitos característicos desse período são compreendidos como parte essencial do processo de criação de si. A adolescência se encerra, portanto, quando o

indivíduo assume responsabilidade plena por sua vida, consolidando uma identidade autônoma e subjetivamente estruturada.

Na obra de Sigmund Freud, embora a adolescência não seja tratada com o mesmo destaque dado à infância, as contribuições sobre a puberdade já indicam a importância dessa fase para a constituição psíquica. Para Freud (1905/1996), a puberdade marca o retorno da sexualidade recalculada na infância, exigindo um rearranjo da economia libidinal e uma nova escolha objetal: “Com a puberdade, desponta a maturidade da função genital e com ela a possibilidade da reprodução [...] uma parte da libido retorna das ligações infantis e é novamente dirigida a objetos externos” (Freud, 1996, p. 228).

Para Donald Winnicott, a adolescência exige que o sujeito enfrente novamente, e de forma mais intensa, o conflito entre dependência e autonomia. O autor destaca que a intensidade emocional da adolescência é esperada, e que o ambiente familiar e social deve ser suficientemente estável para suportar esse período de instabilidade: “O adolescente precisa ter a liberdade de ser agressivo e de falhar em sua tentativa de se adaptar. Ele precisa ter tempo e espaço para desenvolver uma identidade própria” (Winnicott, 1990, p. 145). Assim, para Winnicott, o papel do ambiente é fundamental, pois fornece o suporte necessário para que o adolescente tolere a angústia sem colapsar psíquica ou socialmente.

Já Jacques Lacan propõe compreender a adolescência como um tempo lógico de reinscrição do sujeito no campo do desejo e da lei. Lacan (1992) aponta que o sujeito adolescente precisa lidar com o declínio da função do pai como suporte imaginário e simbólico, sendo compelido a encontrar novas referências que sustentem seu desejo: “O que caracteriza a adolescência é precisamente este ponto de emergência do sujeito frente à questão do desejo do Outro” (Lacan, 1992, s/p). Isso implica uma travessia subjetiva em que o sujeito deve reposicionar-se em relação ao desejo parental, à cultura e à sua própria sexualidade.

Esse processo de reencontro com a sexualidade infantil, agora transformada, convoca o sujeito a elaborar perdas, redefinir ideais e lidar com a castração simbólica. É nesse contexto que a adolescência se apresenta como um tempo de reencontro com o traumático, já que “o retorno da sexualidade se torna um novo ponto de angústia e desorganização psíquica” (Abramovich 1997, p. 23).

Nesse sentido, a adolescência, para a psicanálise, não pode ser reduzida a um conjunto de transformações hormonais ou de atitudes. Trata-se de um tempo de crise estrutural, em que o sujeito se defronta com perdas simbólicas (como a infância e a idealização dos pais), e com

a necessidade de assumir um lugar no laço social, o que implica escolhas, renúncias e reelaborações psíquicas profundas.

Logo, a psicanálise, ao enfatizar a dimensão do inconsciente e do desejo, contribui para uma escuta mais sensível e ética do adolescente, considerando não apenas seus sintomas e comportamentos, mas os sentidos subjetivos que os atravessam.

É importante reconhecer que, embora a adolescência possa ser pensada como uma experiência universal no sentido biológico e estrutural, ela se manifesta de forma singular em cada sujeito, e também sofre os efeitos de condicionantes históricos, sociais e culturais. Nas sociedades tradicionais dos séculos XVI e XVII, as crianças das comunidades rurais eram consideradas plenamente capazes de trabalhar. Essas sociedades revelavam diferentes formas de organizar a vida social, como os ritos de passagem, que desempenhavam papel central no ciclo de vida. Tais ritos cumpriam funções simbólicas e sociais, estruturando a convivência e definindo o lugar de cada indivíduo dentro das comunidades (Moraes e Weinmann, 2020).

Por conseguinte, as crianças eram vistas como pequenos adultos e eram inseridas na vida comunitária por meio de rituais de passagem e pela responsabilidade precoce. Além disso, não há consenso sobre a origem da adolescência como categoria social. Carvalho (2020) sugere que ela emerge na sociedade burguesa do século XVIII e se consolida no século XIX com a escolarização obrigatória. Nesse processo, a infância, antes inexistente como categoria, passa a ser reconhecida, e a família reorganiza o cuidado e a educação, agora atravessados por novas dimensões afetivas. A autora destaca ainda que o reconhecimento da adolescência é relativamente recente: a partir da consolidação da escola como instituição, esse período passa a ser entendido como uma fase de transição entre a infância e a vida adulta, marcada por transformações subjetivas.

Dessa forma, evidencia-se que a adolescência é marcada por construções históricas e sociais, cujas definições e sentidos se transformam conforme mudanças culturais, educacionais e afetivas. O reconhecimento dessas fases da vida reflete não apenas alterações nas estruturas familiares e escolares, considerando os aspectos subjetivos na formação da identidade do adolescente.

2. REFLEXÕES DA PSICANÁLISE SOBRE A PARENTALIDADE

A noção de parentalidade refere-se ao conjunto de funções psíquicas, afetivas, sociais e simbólicas exercidas por quem ocupa o lugar de mãe, pai ou cuidador primário na vida de uma criança. Diferentemente da concepção biológica de “paternidade” ou “maternidade”, a

parentalidade implica uma posição simbólica e relacional, sendo compreendida como um processo complexo e construído historicamente, que ultrapassa a dimensão genética (Puget, 2003).

A psicanálise contribui para a compreensão da parentalidade ao enfatizar a constituição subjetiva dos pais e o lugar que o filho ocupa. Segundo Freud (1914/1996), a relação dos pais com os filhos é atravessada pelas fantasias inconscientes e pelos ideais narcísicos dos adultos, o que pode influenciar significativamente a forma como o cuidado e o amor são dirigidos à criança. Como ele afirma: “Nunca somos tão tentados a restaurar nossa perfeição infantil, nossos tempos áureos do narcisismo, como quando nos vemos refletidos na criança” (Freud, 1996, p. 100).

A partir de Donald Winnicott (1965), a parentalidade é compreendida como uma função de sustentação emocional. O autor introduz a noção de "mãe suficientemente boa", aquela que, ao responder de forma sensível às necessidades do bebê, oferece um ambiente facilitador para o desenvolvimento emocional. “É no espaço do cuidado inicial que se funda a experiência do eu e a capacidade de estar só na presença de alguém” (Winnicott, 1983, p. 29). Essa função não é exercida apenas por mulheres, mas por qualquer adulto que desempenhe de maneira constante o papel de cuidador primário.

Na perspectiva lacaniana, a parentalidade por Vera Iaconelli (2023), em seu livro *Manifesto antimaterno*, propõe uma ampliação do conceito de parentalidade, desvinculando-o da maternidade compulsória. A autora afirma que “a reprodução de sujeitos exige funções constituintes da subjetividade, que não se limitam à maternidade biológica, mas à assunção subjetiva do parentesco” (s/p). Essa perspectiva permite compreender que o cuidado não é uma função natural da mulher, mas uma posição subjetiva que pode ser ocupada por diferentes sujeitos, desde que sustentada simbolicamente.

Considerando as reflexões de Vera Iaconelli (2023), a função materna não deve ser entendida como um instinto natural ligado à mulher. Essa associação resulta de uma tradição que naturaliza a maternidade como destino feminino e, ao fazê-lo, produz desigualdades simbólicas e sociais ao atribuir exclusivamente às mulheres a responsabilidade pelo cuidado infantil. A autora questiona a ideia de que a “mãe biológica” ocupa necessariamente um lugar central na vida da criança e destaca que a parentalidade é um processo social e simbólico. Assim, evidencia-se que a função materna não deveria recair apenas sobre a mãe, mas ser compartilhada pelos pais, embora estes muitas vezes sejam colocados em posições secundárias ou tratadas como figuras substitutas.

Neste contexto, a função simbólica da Lei, por meio da função paterna, que não se limita ao pai biológico, mas àquele que ocupa o lugar de mediador entre a mãe e o desejo da criança, é necessário para a introdução de limites, permitindo que o sujeito se separe simbolicamente da mãe e se insira no campo simbólico, estruturando sua subjetividade. Para Lacan (1958/1998), a função paterna é aquilo que introduz o sujeito no campo do desejo do Outro e da cultura: “É pela função do Nome-do-Pai que o sujeito pode ser separado do desejo materno e adentrar o campo simbólico” (Lacan, 1998, p. 291). A parentalidade, nesse sentido, implica não apenas acolhimento e cuidado, mas também a transmissão de uma posição na linguagem, de um lugar no mundo e de um limite.

Autoras contemporâneas como Elisabeth Roudinesco (2000) e Janine Puget (2003) contribuem para uma visão ampliada da parentalidade, refletindo sobre sua transformação diante das novas configurações familiares. Com o advento das famílias homoafetivas, recombinadas, monoparentais e por adoção, os papéis parentais deixaram de estar rigidamente vinculados a estruturas tradicionais, exigindo uma escuta mais ética e menos normatizada por parte dos profissionais da saúde e da educação. Como afirma Roudinesco (2000, p. 92), “a parentalidade não é mais um dado natural, mas uma construção simbólica e social”.

Assim, a parentalidade deve ser compreendida como uma função relacional e simbólica, que envolve a capacidade de oferecer à criança uma experiência de cuidado, de continuidade, de nomeação e de inscrição no campo da linguagem e da cultura. Trata-se de uma função que pode ser partilhada, dividida ou reinventada, e que não depende da conformação tradicional do núcleo familiar, mas sim da capacidade dos adultos em sustentar o lugar de referência psíquica para o sujeito em constituição.

A psicanálise, ao valorizar a escuta da singularidade e o reconhecimento dos impasses subjetivos que atravessam o exercício da parentalidade, possibilita uma abordagem não patologizante, capaz de acolher as diversas formas de constituição do laço parental contemporâneo.

3. CUIDAR DE OUTRO: A DINÂMICA DA SUBJETIVIDADE

A constituição subjetiva é um processo complexo que se dá desde os primeiros momentos da vida psíquica do indivíduo e envolve uma série de articulações entre o corpo, o desejo do Outro, a linguagem e as experiências relacionais. Na perspectiva da psicanálise, o

sujeito não nasce pronto, mas se constitui nas e pelas relações, em especial com as figuras parentais ou com aqueles que ocupam essa função simbólica (Lacan, 1966).

Nesse processo, o lugar que o sujeito ocupa para o Outro – isto é, o modo como é desejado, nomeado, cuidado e inscrito na linguagem – é determinante. Como aponta Freud (1914/1996), o investimento amoroso e libidinal dos pais (ou cuidadores) sobre a criança é fundamental para o seu desenvolvimento psíquico. O cuidado não se reduz ao atendimento das necessidades físicas, mas implica a introdução do bebê no campo do desejo, da falta e da cultura.

Winnicott, por sua vez, destaca que o desenvolvimento emocional do sujeito depende de um ambiente suficientemente bom, que sustente o processo de amadurecimento. A experiência de ser cuidado, amparado e reconhecido permite que o bebê desenvolva o sentimento de continuidade do ser. “Antes de poder existir, o bebê precisa ser sentido como existente por alguém” (Winnicott, 1983, p. 103). Dessa forma, o cuidado recebido no início da vida constitui o alicerce para a construção do self e para o desenvolvimento da capacidade de cuidar de si e dos outros.

No entanto, quando essa dinâmica é invertida, como no caso de crianças ou adolescentes que assumem precocemente a função de cuidar de outros (irmãos, por exemplo), pode haver uma sobrecarga psíquica que interfere na constituição subjetiva. Nessas situações, o sujeito em formação se vê convocado a ocupar uma posição de responsabilidade e contenção emocional antes que sua própria estrutura esteja suficientemente estabelecida. Como alerta Winnicott (1983), quando a criança e adolescente é solicitada a adaptar-se ao ambiente em excesso, sem apoio suficiente, ela desenvolve um falso self, moldado pelas exigências externas, em detrimento da espontaneidade.

Na ótica de Jacques Lacan, o sujeito se constitui a partir do desejo do Outro e da inscrição na linguagem. O cuidado, quando dirigido ao outro, especialmente por um sujeito ainda em constituição, pode representar uma tentativa de se fazer necessário para o Outro, ocupando um lugar simbólico de sustentação que, paradoxalmente, o retira da posição de filho ou infante (Lacan, 1964). Assim, quando um adolescente é convocado a ocupar a função de cuidador de seus irmãos, essa posição produz efeitos significativos em sua subjetividade, interferindo diretamente em seu processo de constituição.

Por conseguinte, Lacan (1964) sugere que “o sujeito se funda na falta do Outro”, e é essa falta que permite que ele deseje e se posicione como sujeito de sua própria história. Quando essa dinâmica é perturbada, o sujeito pode se alienar no desejo do Outro, perdendo a oportunidade de construir um espaço de autonomia psíquica.

Isto porque, além das diferenças estruturais entre essas fases, é necessário considerar os impactos subjetivos da posição ocupada por cada sujeito no laço familiar. A psicanálise comprehende que o sujeito é singular, e que a posição que ocupa na dinâmica familiar produz efeitos específicos em sua subjetividade. Joel Dor (1991) destaca que “os irmãos não ocupam posições equivalentes no psiquismo familiar”, sendo investidos de maneira singular pelo desejo parental.

Além disso, autores contemporâneos como Kaës (2001) e Puget (2003) abordam a função parental atribuída a irmãos adolescentes como uma delegação intergeracional de funções parentais, frequentemente associada a contextos de vulnerabilidade social, abandono ou desorganização familiar. Nesses casos, o “cuidar do outro” não surge como uma escolha subjetiva, mas como uma imposição simbólica, carregada de culpa, sacrifício e sobrecarga emocional. Como destaca Kaës (2001, p. 85), “a transmissão psíquica entre gerações não se dá apenas pelo que é dito, mas também pelo que é calado, delegado ou recusado”.

Assim, o exercício precoce da função de cuidado pode interferir significativamente na constituição subjetiva, ao deslocar o sujeito de seu lugar original de dependência para uma posição de responsabilidade psíquica e emocional pelo outro. Isso pode gerar, a médio e longo prazo, dificuldades no processo de individuação, na elaboração da própria história e no estabelecimento de vínculos afetivos e amorosos.

Em tais contextos, os adultos responsáveis, por diferentes motivos — como adoecimento físico ou psíquico, ausência por trabalho, dependência química, violência doméstica ou negligência — não conseguem sustentar as funções básicas de cuidado e proteção. Assim, a função de garantir a sobrevivência e o cuidado emocional dos mais novos é transferida, de forma explícita ou silenciosa, a uma criança ou adolescente que ainda está em processo de constituição subjetiva.

Essa delegação não é apenas prática, mas profundamente simbólica: o irmão adolescente deixa de ocupar a posição de filho ou de par no grupo fraterno e passa a ocupar um lugar parental no imaginário e na organização familiar. Isso tem consequências psíquicas significativas, pois implica o apagamento de sua própria infância e adolescência, bem como a impossibilidade de viver etapas importantes do desenvolvimento subjetivo com o devido suporte. Como ressalta Puget (2003), esses jovens cuidadores acabam constituindo um “sujeito-cuidado”, que não se reconhece como sujeito de desejo, mas como aquele de quem os outros dependem, o que compromete sua relação com a alteridade e consigo mesmo.

Para Kaës (2001), esse tipo de delegação configura uma forma de aliança inconsciente intergeracional, em que o filho adolescente é convocado a reparar ou manter uma função

familiar que foi fragilizada ou ausente nas gerações anteriores. Tal processo envolve identificações compulsivas e transmissões silenciosas de encargos psíquicos, muitas vezes sem que haja um reconhecimento social ou familiar do peso que tais funções implicam. Como ele afirma: “Certas funções e encargos psíquicos não resolvidos são transmitidos à geração seguinte sob forma de tarefa psíquica a ser cumprida, mesmo que silenciosamente” (Kaës, 2001, p. 87).

Em famílias marcadas pela precariedade de recursos materiais, emocionais e simbólicos, essa inversão de papéis tende a se tornar crônica. A figura do irmão adolescente cuidador pode ser naturalizada tanto pela família quanto pela rede institucional (escola, assistência social, saúde), podendo ser fonte de sofrimento psíquico quando assumido precocemente e sem suporte. Winnicott (1983) aponta que o falso self surge como uma defesa diante da exigência de adaptação excessiva ao ambiente. No caso do adolescente cuidador, essa adaptação pode gerar um apagamento de sua própria adolescência, dificultando o acesso ao verdadeiro self e à expressão de seus desejos.

Além disso, a delegação precoce da função parental pode comprometer a elaboração simbólica das experiências vividas. Kaës (2001) afirma que “certas funções e encargos psíquicos não resolvidos são transmitidos à geração seguinte sob forma de tarefa psíquica a ser cumprida, mesmo que silenciosamente” (p. 87). Dessa forma, o adolescente cuidador pode carregar encargos que não lhe pertencem, reproduzindo padrões inconscientes de responsabilização e silenciamento.

A compreensão dessa dinâmica exige, portanto, uma escuta clínica e social que vá além dos comportamentos visíveis e das queixas imediatas. É necessário perguntar: quem cuida de quem e por quê? Reconhecer que o lugar de cuidador pode ter sido ocupado de maneira forçada e precoce é essencial para a elaboração de intervenções que promovam o alívio da sobrecarga subjetiva, o resgate do espaço do brincar, do desejo e da narrativa própria. Como aponta Menezes (2014), "ao nomear a inversão de papéis, oferece-se ao sujeito a chance de simbolizar o excesso e restituir à experiência uma historicidade que o liberta da repetição inconsciente" (p. 144).

Contudo, não se trata de patologizar essas vivências, mas de compreendê-las em sua complexidade, reconhecendo os efeitos subjetivos que produzem e a necessidade de uma escuta clínica ética, que leve em consideração os contextos sociais, afetivos e simbólicos que organizam essas experiências.

4. O IMPACTO SUBJETIVO DO IRMÃO ADOLESCENTE COMO CUIDADOR

O exercício precoce da parentalidade por adolescentes, especialmente em contextos marcados por vulnerabilidade social, fragilidades familiares e exclusão, pode desencadear impactos profundos que repercutem tanto na esfera psicológica quanto nas relações sociais desses jovens. Ao assumir responsabilidades tipicamente reservadas à figura adulta, esses adolescentes enfrentam desafios que podem comprometer sua saúde mental, suas oportunidades educacionais e a construção de uma identidade subjetiva saudável.

O exercício precoce da parentalidade por adolescentes, sobretudo em contextos de vulnerabilidade social, impõe sobre eles uma carga emocional e social significativa, que pode comprometer seu desenvolvimento psicológico, educacional e identitário, tornando-os sujeitos expostos a múltiplas formas de sofrimento e exclusão (Abramovay *et al.*, 2002, p. 57).

Do ponto de vista psicológico, a sobrecarga de funções parentais antecipadas acarreta a chamada adultificação da infância, fenômeno em que o jovem cuidador é compelido a abandonar as etapas de desenvolvimento emocional e psíquico para responder às demandas familiares. Como destaca Winnicott (1983), o “ambiente suficientemente bom” deve garantir ao sujeito a possibilidade de ser espontâneo, brincar e explorar seu mundo interno, condições frequentemente inviabilizadas para aqueles que assumem papéis parentais precoces. A ausência dessas condições pode favorecer o desenvolvimento de um falso self, no qual o adolescente reprime desejos e emoções genuínas para atender às expectativas externas, resultando em sofrimento psíquico silencioso.

Uma adolescente que cuida diariamente de irmãos menores devido à ausência materna muitas vezes internaliza sentimento de culpa ao vivenciar o desejo legítimo de ser cuidada e desfrutar da própria juventude. Essa tensão subjetiva pode se manifestar como ansiedade, depressão e até mesmo sintomas psicossomáticos, como observado por Abramovay *et al.* (2002): “Adolescentes que acumulam papéis parentais relatam frequentemente sentimentos de exaustão emocional e isolamento social, evidenciando a sobrecarga que ultrapassa a dimensão física do cuidado” (p. 58).

Kaës (2001) amplia essa compreensão ao considerar a função parental delegada como uma tarefa psíquica imposta, que implica não apenas cuidar, mas também sustentar emocionalmente o grupo familiar, assumindo o papel de mediador e mantenedor do equilíbrio familiar. Essa “delegação intergeracional” frequentemente decorre de contextos onde a ausência ou fragilidade dos pais biológicos gera um vazio a ser preenchido. Segundo Puget

(2003), “o jovem cuidador passa a ocupar, na rede familiar, uma posição simbólica que transcende o cuidado físico, tornando-se referência emocional e responsável pela estabilidade dos vínculos” (p. 121).

No âmbito social, o impacto é percebido principalmente nas limitações impostas ao acesso à educação e ao lazer, direitos fundamentais para o desenvolvimento integral dos adolescentes. O acúmulo das responsabilidades domésticas e parentais frequentemente interfere na frequência e no rendimento escolar, prejudicando o desempenho acadêmico e, consequentemente, as perspectivas de ascensão social. Abramovay *et al.* (2002) afirmam que “a antecipação das responsabilidades restringe o espaço para a experimentação e para os processos normais de socialização, configurando uma violação dos direitos da criança e do adolescente” (p. 62).

Além disso, essa condição pode gerar isolamento social, visto que o adolescente cuidador tem pouco tempo e disponibilidade para interagir com seus pares, dificultando o estabelecimento de vínculos de amizade e a participação em grupos sociais. Essa exclusão pode reforçar sentimentos de solidão e diferença, potencializando quadros de sofrimento psicológico.

A invisibilidade social e institucional dessas demandas agrava ainda mais a situação. Muitas vezes, os serviços públicos, como escolas e unidades de saúde, não reconhecem esses jovens em suas múltiplas funções, tratando-os como adolescentes comuns, sem a devida compreensão de suas responsabilidades adicionais. Isso dificulta o acesso a redes de apoio e a políticas públicas específicas para este grupo. Como afirma Sawaia (1999), “a exclusão social muitas vezes se traduz em um não reconhecimento das singularidades e necessidades específicas, aprofundando o sofrimento dos sujeitos” (p. 85).

Diante desses impactos, torna-se urgente a adoção de estratégias intersetoriais que integrem saúde, educação, assistência social e psicologia, com vistas a promover a escuta qualificada, o suporte psicosocial e o fortalecimento da rede de proteção. Além disso, a sensibilização dos profissionais para a complexidade da experiência desses jovens é fundamental para que possam reconhecer e acolher suas demandas de forma adequada.

Em suma, os impactos psicológicos e sociais do exercício precoce da parentalidade por adolescentes revelam-se multifacetados e profundos, exigindo um olhar atento que articule teoria e prática, clínica e políticas públicas, para promover a dignidade, o cuidado e a possibilidade de construção de uma trajetória de vida mais plena e menos marcada pelo sofrimento.

Durante a experiência com o grupo terapêutico para adolescentes realizado semanalmente pelo Serviço Escola de Psicologia (UFMS) em 2024, o tema “o cuidado entre irmãos” estava presente, possibilitando observar o sofrimento psíquico de adolescentes que assumem a função de cuidadores de seus irmãos. Ao longo dos encontros, foi possível identificar como essa responsabilidade interferia no desenvolvimento emocional, nas relações sociais e na construção da identidade desses adolescentes. Os relatos demonstravam sobrecarga, sentimento de invisibilidade e a ausência de reconhecimento por parte da família. Muitas vezes, esse tipo de responsabilidade não é validado pelos adultos ao redor, o que contribui para o silenciamento das angústias desses adolescentes. O grupo terapêutico mostrou-se, neste contexto, um espaço de escuta e acolhimento, permitindo que os participantes expressassem seus conflitos e suas vivências por meios de relatos.

O irmão adolescente que assume o papel de cuidador ocupa uma posição singular e complexa dentro da dinâmica familiar, que pode ter profundas repercussões em sua constituição subjetiva e no desenvolvimento de suas relações interpessoais.

A assunção precoce da função parental pelo irmão mais velho representa uma ruptura na ordem esperada do desenvolvimento familiar, colocando o adolescente em uma posição que desafia as etapas naturais da infância e da juventude, com impactos significativos em sua subjetividade e nas relações familiares (Puget, 2003, p. 118).

Um exemplo típico pode ser observado em famílias onde o irmão adolescente passa a cuidar dos irmãos menores durante o dia, enquanto os pais trabalham em múltiplos empregos para garantir a subsistência. Essa situação, comum em contextos de vulnerabilidade socioeconômica, gera uma sobrecarga que extrapola o cuidado básico, englobando funções educativas, emocionais e organizacionais.

Kaës (2001) ressalta que o papel do irmão cuidador está impregnado por uma delegação intergeracional, ou seja, esses jovens frequentemente são chamados a preencher vazios deixados não só pelos pais, mas também por gerações anteriores, perpetuando um ciclo de responsabilidades não assumidas ou impossibilitadas. Ele explica que “o grupo familiar, muitas vezes de forma inconsciente, atribui a certas figuras a missão de sustentar as falhas e os buracos deixados pelo passado” (Kaës, 2001, p. 86). Essa tarefa recai sobre o irmão adolescente, que pode internalizar o peso de um destino familiar, dificultando a emergência de um projeto de vida próprio.

A função parental delegada ao irmão adolescente também interfere nas suas relações sociais. A necessidade constante de cuidado limita a participação em atividades típicas da

adolescência, como convívio com amigos, estudos e lazer. Abramovay *et al.* (2002) destacam que “a abdicação dessas experiências pode provocar um sentimento de exclusão e solidão, pois o jovem cuidador percebe que não compartilha das mesmas oportunidades de seus pares” (p. 59). Esse isolamento social, por sua vez, pode potencializar quadros de ansiedade e depressão, muitas vezes não diagnosticados ou compreendidos pelos profissionais da saúde e da educação.

É comum associar a responsabilidade de irmãos mais velhos cuidarem dos mais novos às classes sociais mais empobrecidas. Em muitos contextos de vulnerabilidade, essa prática ocorre por necessidade — como quando os pais precisam trabalhar o dia todo e não têm acesso a creches, redes de apoio ou políticas públicas de proteção à infância. Nesses casos, o cuidado fraterno é uma estratégia de sobrevivência, sustentada por vínculos afetivos, mas também por urgências materiais. Como aponta Abramovay *et al.* (2002), “a pobreza e a ausência de políticas sociais eficazes fazem com que os adolescentes assumam responsabilidades que não lhes caberiam, muitas vezes em detrimento de sua própria formação” (p. 45).

Entretanto, é fundamental compreender que essa dinâmica também está presente em outras camadas da sociedade, inclusive na chamada elite. A diferença, nesse caso, reside no motivo pelo qual o cuidado é incumbido na forma como ele é percebido, desta maneira o motivo não seria a sobrevivência da família, mas sim a formação de caráter e a socialização do adolescente, já que em famílias de classe da elite, o cuidado fraterno pode ser incentivado como prática educativa, valorizando a autonomia e a responsabilidade. No entanto, mesmo quando revestido de sentido positivo, essa experiência pode gerar impactos subjetivos relevantes, especialmente se não houver espaço para elaboração emocional e escuta.

Além disso, o modo como a sociedade interpreta essa prática varia conforme o contexto socioeconômico. Enquanto nas classes populares o cuidado fraterno é frequentemente visto como negligência ou abandono, nas classes altas pode ser romantizado como expressão de maturidade ou solidariedade. Essa diferença de percepção revela um viés classista que precisa ser desconstruído, especialmente nas abordagens institucionais. Como destaca Sawaia (1999), “a exclusão social não se dá apenas pela falta de recursos, mas pela negação da legitimidade das experiências vividas por sujeitos em contextos de vulnerabilidade” (p. 85).

Ademais, a invisibilidade institucional e social desses adolescentes é um fator agravante. Muitas políticas públicas não contemplam a especificidade do irmão cuidador, dificultando seu acesso a apoios e recursos. Como afirma Sawaia (1999), “o sofrimento que

não é reconhecido ou nomeado tende a se cristalizar em formas de exclusão que perpetuam o ciclo de vulnerabilidade” (p. 83). É fundamental, portanto, que a rede de proteção social e os profissionais estejam atentos para identificar e acolher essa população em situação de risco.

Em síntese, o irmão adolescente cuidador é um sujeito que transita entre o desejo de ser simplesmente filho e adolescente e a necessidade imposta de assumir responsabilidades adultas. Compreender essa tensão exige um olhar interdisciplinar que articule dimensões clínicas, sociais e culturais, buscando promover o reconhecimento da função, o acolhimento do sofrimento e a ampliação das possibilidades de infância e juventude desses sujeitos.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões apresentadas ao longo deste trabalho evidenciam os impactos na subjetividade de adolescentes que assumem funções parentais no cuidado de irmãos mais novos, especialmente em contextos de ausência ou insuficiência da presença dos pais. A partir da psicanálise, foi possível compreender que essa responsabilização precoce interfere diretamente no processo de individuação, gerando sobrecarga emocional, apagamento da adolescência e conflitos identitários. A escuta clínica, nesse sentido, deve considerar os sentidos inconscientes que atravessam essa vivência, valorizando a singularidade de cada trajetória.

Além disso, foi possível observar que o cuidado fraterno atravessa diferentes classes sociais, embora, seja mais comum em contextos de vulnerabilidade, onde o cuidado é motivado por necessidade, essa prática também ocorre em famílias de classe média e alta, com motivações distintas. A ausência de políticas públicas eficazes contribui para que adolescentes assumam responsabilidades que não lhes caberiam, muitas vezes em detrimento de sua formação. A diferença está, muitas vezes, na forma como essa prática é percebida e legitimada socialmente, revelando um viés classista que precisa ser desconstruído.

Outro ponto relevante é a desigualdade de gênero que atravessa essa experiência. Meninas são mais frequentemente convocadas ao cuidado, o que reforça estereótipos e limita a vivência plena da adolescência.

A partir da leitura de autores como Puget (2003) e Iaconelli (2023), foi possível desconstruir a ideia de que o cuidado é inerente à figura materna ou feminina, reconhecendo que ele pode ser exercido por qualquer sujeito que sustente simbolicamente essa posição. Essa perspectiva amplia o campo de análise e permite uma abordagem mais ética e singularizada das relações familiares.

Quanto aos impactos subjetivos vivenciados pelo adolescente cuidador, é fundamental considerar também os efeitos dessa dinâmica sobre a criança que é cuidada. Quando o cuidado é exercido por um irmão que ainda está em processo de constituição psíquica, há o risco de que a criança não encontre um ambiente suficientemente estável para o desenvolvimento de sua própria subjetividade. A ausência da função materna e paterna, enquanto referências simbólicas estruturantes, pode comprometer a elaboração do superego e a internalização das normas sociais. Como aponta Winnicott (1983), é no cuidado inicial, sustentado por um adulto emocionalmente disponível, que se funda a experiência do eu. Quando essa função é ocupada por um adolescente sobrecarregado, a criança pode vivenciar insegurança, instabilidade afetiva e dificuldades na construção de vínculos.

Por outro lado, o adolescente que assume precocemente a função de cuidador pode desenvolver um falso self, moldado pelas exigências externas e pela necessidade de atender às demandas familiares. Essa adaptação excessiva, como alerta Winnicott (1990), impede a expressão espontânea do verdadeiro self e pode gerar sintomas como ansiedade, depressão, isolamento e sentimento de inadequação. Além disso, a sobreposição de papéis — ser filho e, ao mesmo tempo, exercer funções parentais — compromete a vivência plena da adolescência, dificultando a construção de uma identidade autêntica. A longo prazo, essa experiência pode impactar a forma como esse sujeito se relaciona com o cuidado, com o desejo e com a parentalidade em sua vida adulta.

A pesquisa reafirma que o cuidado fraterno, quando imposto ou não elaborado, pode se tornar um fator de sofrimento psíquico e de exclusão subjetiva. A escuta clínica e institucional precisa estar atenta aos efeitos dessa vivência, oferecendo espaços de nomeação, elaboração e reconhecimento. Ao promover intervenções que respeitem o desejo e a singularidade do adolescente cuidador, contribui-se para a construção de trajetórias mais livres, autênticas e menos marcadas pela repetição inconsciente de encargos familiares.

Por fim, este estudo reforça a importância de políticas públicas intersetoriais que reconheçam o adolescente cuidador como sujeito de direitos. É necessário oferecer suporte emocional, educacional e social, promovendo espaços de escuta e elaboração. Ao reconhecer a singularidade de cada trajetória, é possível construir práticas mais éticas, inclusivas e transformadoras, que respeitem o desejo e a subjetividade dos jovens envolvidos. Como propõe Sawaia (1999), o sofrimento psíquico precisa ser reconhecido em sua dimensão ética e social, para que não se transforme em exclusão silenciosa.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Miriam, et al. **Adolescência e cuidado: desafios e possibilidades.** São Paulo: Cortez, 2002.

ABRAMOVICH, Fanny. **Quem tem medo de adolescente?** 4. ed. São Paulo: Summus, 1997.

CALLIGARIS, Contardo. **A adolescência.** São Paulo: Publifolha, 2000.

CARVALHO, Helena Barbosa. **Maternidade, ambiente e psicanálise: Um estudo dos atravessamentos culturais na maternidade contemporânea.** 129 f., il. Dissertação (Mestrado em Psicologia) —Universidade de Brasília, Brasília, 2020.

Disponível em:

https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/41032/1/2020_HelenaBarbosadeCarvalho.pdf
Acesso em: 10 nov. 2025

DELLAZZANA, Letícia Lovato; FREITAS, Lia Beatriz de Lucca. **Um dia na vida de irmãos que cuidam de irmãos.** Universidade Federal de Rio Grande, 2010.

Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ptp/a/j9Fz3BhMLM6PC5LyrTbfjxk/?format=html&lang=pt>
Acesso em: 17 jun. 2025.

DOR, Joel. **A clínica psicanalítica: estrutura e diagnóstico.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1991.

FÉDIDA, Pierre. **O cuidado psicanalítico.** Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2001.

FREIRE, Teresa Cristina Guedes de Paula. **Transparência psíquica em nova gestação após natimorto.** 115 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica e Cultura) —Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

Disponível em: <http://repositorio2.unb.br/handle/10482/11514>

Acesso em: 10 nov. 2025

FREUD, Sigmund. **Introdução ao narcisismo (1914).** In: _____. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Vol. XIV. Rio de Janeiro: Imago, 1996. p. 75-102.

FREUD, Sigmund. **O Ego e o Id (1923).** In: _____. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Vol. XIX. Rio de Janeiro: Imago, 1996.)

FREUD, Sigmund. **Três ensaios sobre a teoria da sexualidade (1905).** In: _____. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Vol. VII. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

FREUD, Sigmund. **Luto e melancolia (1917).** In: _____. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, v. XIV. Rio de Janeiro: Imago, 1996. p. 243-264.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019. Disponível em:
https://www.academia.edu/40217509/GIL_Ant%C3%B4nio_Carlos_M%C3%A9todos_e_t%C3%A9cnicas_de_pesquisa_social. Acesso em: 30 jul. 2025.

IACONELLI, Vera. **Manifesto antimaterno: psicanálise e políticas da reprodução**. Rio de Janeiro: Zahar, 2023. Disponível em: <https://periodicos.uninove.br/cadernosdepos/article/view/27547> Acesso em: 24 out. 2025.

KAËS, René. **O sujeito do grupo: elementos para uma teoria psicanalítica do grupo**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005. Disponível em:
https://www.academia.edu/32762289/KA%C3%8BS_Ren%C3%A9_O_grupo_e_o_sujeito_d_o_grupo Acesso em: 30 jul. 2025.

KAËS, René. **O grupo e o sujeito do grupo**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2001.

LACAN, Jacques. **O Seminário, livro 8: A transferência (1960–61)**. Rio de Janeiro: Zahar, 1992.

LACAN, Jacques. **O seminário, livro 11: Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise (1964)**. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

LACAN, Jacques. **A significação do falo (1958)**. In: _____. Escritos. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

MENEZES, Cristiane. A escuta clínica do adolescente cuidador. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2014.

MENEZES, Márcia. **O silêncio como transmissão: o lugar do não-dito nas heranças psíquicas familiares**. In: JORGE, Maria E. G.; PICCININI, Cesar A. (org.). Subjetividade e laços familiares: contribuições da psicanálise e da psicologia. Porto Alegre: Penso, 2014. p. 137–148.

MORAES, Bruna Rabello; WEINMANN, Amadeu de Oliveira. **Notas sobre a história do adolescente**. Estilos da Clínica, 2020, V. 25, nº 2, p. 280-296
Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/214279>
Acesso em:

PUGET, Janine. A função parental hoje. In: KUPFER, Maria Cristina (org.). A psicanálise na educação: entre a escola e a clínica. São Paulo: Escuta, 2003.

RESTA, Darielli, et al. **Maternidade na adolescência: significado e implicações**. reme – Rev. Min. Enferm.;14(1): 68-74, jan./mar., 2010

ROCHA, Lorenna Pinheiro. **Psicanálise, educação e política: a adolescência no encontro com a pólis**. Fortaleza: Premius, 2022.

ROUDINESCO, Elisabeth. **A família em desordem**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

SAWAIA, Bader Burihan. **As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social**. Petrópolis: Vozes, 1999.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. rev. e ampl. São Paulo: Cortez, 2007.

Disponível em:

<https://docente.ifrn.edu.br/cristinaqueiroz/livros/metodologia-do-trabalho-cientifico/severino/view>.

Acesso em: 30 jul. 2025.

VIEIRA, Marcela Carolina Schild. **Reflexos possíveis: o olhar de Winnicott e Lacan para constituição subjetiva**. 2010. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

Disponível em:

https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47133/tde0902201104300/publico/vieira_me.pdf

Acesso em: 01 dez. 2025.

WINNICOTT, Donald W. **O ambiente e os processos de maturação: estudos sobre a teoria do desenvolvimento emocional**. Porto Alegre: Artmed, 1965.

WINNICOTT, Donald W. **O brincar e a realidade**. Rio de Janeiro: Imago, 1983.

WINNICOTT, Donald W. **A criança e seu mundo**. Rio de Janeiro: LTC, 1964.